

O desafio orçamentário

Entre tantas controvérsias, há pelo menos um consenso entre os analistas econômicos: é essencial que o governo consiga dar sinais de controle eficaz no déficit público em 1991. Caso contrário, a expectativa inflacionista será alimentada pela presunção de ainda maiores descompassos no setor. O governo Fernando Collor, aliás, parece ter consciência disso, o que o leva a estudar o aprofundamento dos cortes nos gastos, esperando-se logo convencer os agentes econômicos de que sua tentativa será bem-sucedida.

Em 1990, o governo conseguiu obter um superávit primário no orçamento da Administração Central, avaliável em 1,6% do PIB. Tal superávit, como se sabe, é o resultado do déficit nominal do qual se subtraem as correções monetárias e cambial, bem assim os dispêndios com o serviço da dívida interna. A existência de um superávit traduz um progresso, ainda que não se possa esquecer que, em valor absoluto, obteve o governo Sarney, em 1989 (fato pouco conhecido), resultados superiores ao do governo Fernando Collor.

As perspectivas para 1991 são preocupantes, a menos que se modifique profundamente o orçamento. Três fatores fortalecem essa preocupação: o governo não mais contará com a receita excepcional decorrente do IOF sobre os

haveres financeiros; a volta da inflação e a recessão podem reduzir as receitas em valor real e, finalmente, terá o Planalto de proceder a violento reajuste dos vencimentos do funcionalismo.

A reforma tributária, a ser incluída no orçamento de 1991 (ainda não votado), não deverá exercer grandes efeitos sobre as receitas. Aliás, o governo já acaba de renunciar à receita que corresponderia à extinção dos incentivos fiscais para o Norte e o Nordeste. As elevações das alíquotas previstas para o Imposto de Renda serão, em muitos casos, anuladas pela redução de rendimentos. O mesmo se poderá dizer da tributação sobre ganhos de capital em bolsas de valores e mercados futuros num mercado financeiro em crise.

É evidente que somente cortes reais de gastos poderão propiciar melhoria das contas públicas. Tais cortes dependem essencialmente do Executivo, que pode retar recursos orçamentários. Deve-se ter em mente, porém, que alimentarão as pressões recessistas.

Falamos apenas da Administração Central: sabe-se que as dúvidas são ainda maiores para Estados, municípios e empresas estatais. No entanto, caso o governo não consiga transmitir tranquilidade quanto à situação do déficit público, mais difícil será o controle da inflação.